

ASSOCIAÇÃO DE ANTIGOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA

NEWSLETTER

ALUMNI



Apresentação

José de Faria Costa

Gravações no tempo

António Lourenço Martins

Encontro Geracional, Memória e Futuro: A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e a Geografia do Coração

João Carlos Loureiro

A Alumni e o ciclo das quintas pitagóricas

Susana Aires de Sousa

Homenagem a António Luzio Vaz





Não sei se contra ventos e marés mas, por certo, com algumas dificuldades, a “nossa” Alumni lá vai navegando. Junto à costa mas com serenidade, sobretudo quando o vento está de feição o que, nestes tempos de chumbo e de borrasca, não é coisa fácil. Porém, lá vamos.

Nunca foi propósito desta associação (e esta associação é e sempre será a expressão límpida e clara da vontade dos seus associados) descobrir “índias” ou “américas” mas antes trazer, nem que seja por um só dia, todos os antigos alunos da “nossa” Faculdade de Direito ao porto seguro dos “Gerais” e fazer perceber que aquilo que dão, só pelo facto de chegarem, é infinitamente superior ao “dado”. Porque oferecem saber acumulado, sentimentos reconhecidos e partilhados e ainda, por sobre tudo, alegria e comprazimento na partilha. E recebem, não tenho a menor dúvida, na e pela partilha, em igual ou maior proporção.

A “Alumni” nasceu, não me canso de repetir, para que a força intergeracional dos antigos alunos desta “nobre” casa de Ensino do Direito se reforce e se não perca na tradição (também ela importante, sublinhe-se) das chamadas “reuniões de curso”. É bom que o jovem licenciado, a começar a sua vida, fale, converse, dê e receba de todos aqueles, já menos jovens, a que a lei da vida entregou saber e riqueza espirituais. E isto nada tem de lamechas ou de serôdia e decadente compreensão da vida. Não. É antes afirmação inequívoca de continuidade crítica e de futuro.

Se isto se cumprir está cumprido o escopo primeiro e fundamental da Alumni. O que se não é tudo é, pelo menos, tanto.

José de Faria Costa

ASSEMBLEIA GERAL DA ALUMNI 5 DE JUNHO DE 2011





Gravações no tempo

Anos volvidos, a memória refresca incidentes que nos marcaram pela Vida fora. E talvez que a nossa Associação Alumni também possa ser o instrumento que proporciona a cogitação e não apenas a nostalgia.

Recordo aqui três episódios ocorridos na minha passagem pelos bancos da Faculdade de Direito de Coimbra.

Chegado da Beira interior – era conhecido como muitos estudantes de Coimbra provinham das Beiras e de Trás-os-Montes –, qual paganus mais ou menos inocente, à autonomia repentina somava-se o deslumbramento da vida académica onde, no primeiro período, tudo se passava como se estudar fosse um objectivo distante e os exames se perdessem na bruma futura. O presente era o que importava e tudo cheirava a novidade, em especial aquelas sensações inebriantes dos desfiles nas «latadas» e dos bailes até às tantas, entremeados pelas «mobilizações» para as repúblicas, tudo por vezes regado pelo tinto abundante em mistura explosiva com as ginjaças enjoativas.

A ausência de frequências e a obstinação pelas aulas de cariz teórico, em detrimento das «práticas», faziam com que apenas se começasse a estudar as sebatas (e muito pouco por outras fontes) lá para Fevereiro, preparando exames que iriam cair em Junho e Julho.

O 1.º ano era dominado pelas Noções Fundamentais de Direito Civil, a cargo do Prof. Fernando Andrade Pires de Lima, figura emblemática que passeava o seu charuto anti-ambientalista pelas vetustas arcadas e cujas aulas dificilmente eram ouvidas apesar de não atravessar um decibel de ruído pelo anfiteatro. Quem passasse ao Mestre tinha o primeiro ano feito, dizia-se, e por isso muitos punham a disciplina logo no topo do calendário dos exames.

Aquela manhã de Verão morno era decisiva para quem viera para Coimbra no intento de terminar o curso em cinco anos e não sobrecarregar os pais que lutavam duro lá nas terras do rio Zêzere, junto das faldas da Serra da Estrela.

A escassez de provas orais durante o ensino anterior ao acesso à Faculdade parecia funcionar como uma desvantagem, bem medida aliás pelo bater apressado do coração jovem. O Mestre sentava-se à direita de um Senhor, que era Magistrado, e na altura eu não entendia bem o que estava ali a fazer – nem interessava naquela agonia –, e o exame decorria por meia dúzia de temas recolhidos dos que superabundavam nas «Noções». A concentração era completa; bebia cada palavra das questões postas, pois nada podia ser repetido. O exame decorria com afabilidade e quase simpatia. De tal modo que ao chegar à matéria da interpretação das leis, o candidato adquirira um certo à vontade, a passar-lhe pelo subconsciente que afinal valera a pena o esforço e o Mestre não era nenhum «papão».

Já em postura de «fim de festa» para o examinando, anunciava-lhe uma pergunta final para poder dar uma opinião. Pires de Lima colocou os olhos no tecto e começou a descrever um exemplo, que hoje penso estar ligado a problemas que na ocasião teriam sido objecto de congeminação em reforma legislativa em que estaria envolvido, e tombou na matéria dos censos, consignativo e reservativo, rematando com uma pergunta simples: por que motivo este último tinha sido proibido para futuro.

O aluno dera-se ao luxo de «ligar à terra» ou de circular pelas nuvens, como se queira, a pensar que afinal fora mais fácil do que se previra e momentaneamente deixara de seguir o raciocínio de Pires de Lima. Erro grosseiro, pois enrolou a opinião e logo lhe pareceu ter desapontado o Mestre naquilo que acabou num mau censo em vez do bom senso de continuar concentrado. A uma possível boa nota veio substituir-se uma nota mediana. Com toda a influência que, como pensa, exerceu no curso.

Um segundo episódio teve a ver, ainda nesse 1.º Ano, com o exame de História do Direito Português, pelo Prof. Braga da Cruz. O conceituado e sisudo Catedrático, perante um lapsus linguae de um «eclesiástica» em vez de «escolástica» deixou arrastar por tal tempo a situação que o aluno já nadava no gotejamento a deslizar pela testa e a transbordar para o toutiço, quando finalmente abandonou o tema. Não mais recuperou da troca, prenúncio de algum neurónio em colapso, o que se reflectiu no resultado só depois de algum modo reparado, em Outubro, no Direito Constitucional do singular Professor Carlos Moreira.

Já no 3.º Ano teve lugar o terceiro episódio.

O Orfeão Académico havia preparado uma deslocação aos Estados Unidos: quem não queria aproveitá-la? Quarenta dias a circular por uma série de cidades nos Estados da parte oriental, num percurso de mais de vinte mil quilómetros de autocarro, por high schools, universidades (e não só), exigira ensaios e mais ensaios, sob a batuta do impagável maestro Raposo Marques. Não se podia perder! A direcção do Orfeão tinha concertado com as Faculdades uma época especial de exames, transferida para Janeiro, pois a deslocação coincidiria com a de Outubro.

Depois de um período intenso na época de Junho, deixara apenas a disciplina de Moeda, o que equivalia a ter passado de ano. Era um curso semestral cujo exame cabia ao Prof. Teixeira Ribeiro, com base num livrinho de linguagem aritmética em que cada «palavrinha» devia ser tratado como um cânone sagrado. As coisas correram mal aos três «orfeonistas» retardatários, e a nasalada voz do Mestre ecoou pelo anfiteatro censurando – agora não o censo mas a censura – ao afirmar a inconciliabilidade das passeatas com os bons resultados nos estudos.

Destes episódios, que não fábulas, talvez seja lícito retirar alguma «moral».

Para além do que derramaram nos livros, veremos sempre a imagem de cada Mestre por aquilo de pessoal que nos tocou e o preito de consideração por cada um – estejam onde estejam -, ainda que diferente, é muito grande!

Todavia, o que, a esta distância no caleidoscópio do tempo, quiçá valha a pena salientar são algumas «lições de vida».

Gestos fugazes dos Mestres, determinados pela idiossincrasia, pela rotina, pela alegria ou pelo cansaço, deixam gravados no espírito quase branco dos alunos imagens indeléveis, seja em cores carregadas seja em tonalidades leves e agradáveis.

Mas outro tópico que agora também nos merecerá atenção: como uma boa entrada influencia a ascensão positiva na carreira do aluno e o peso de um curriculum baixo exige esforços desmesurados.

Uma constatação adquirida foi a de que o aluno classificado com notas curriculares acima da média podia encarar os exames com mais desenvoltura e confiança do que o aluno de classificações anteriores inferiores à média. Para aqueles, os docentes como que partiam do princípio de que dominava os conhecimentos incluídos na «sebenta» pelo que a avaliação se situava a um nível em que o apelo galgava do campo memorial para o do raciocínio. E aqui, num plano mais difuso, onde a defesa de uma opinião (geralmente consentida, nesse tempo, ainda que contrária à do Mestre) releva sempre de algum subjectivismo, tornava-se mais fácil deixar uma boa impressão.

Provavelmente, a autonomia de avaliação de cada disciplina – cuja preparação depende de vários factores e muito da apetência e gosto do aluno – caldeada, em caso de dúvida, com o curriculum, poderá levar a um final mais feliz do in medio est virtus...

Lembrando Faria Costa (Cartas a Sofia) estes são os «pequenos nada» a que acabamos por estar atentos toda a vida. Porventura será a «sabedoria» dos mais velhos, que este país desperdiça ingloriamente, esquecendo que a experiência do mundo é uma qualidade que uma vez alcançada jamais se perde, como dizia Thomas More (Utopia), há uns bons quinhentos anos.

E também a necessidade de uma completa abertura da Universidade à democracia, caracterizada pelo regime de «governo pela discussão».

Enfim, um breve apontamento de Vida sobre as marcas que o Professor deixa em cada um dos seus alunos e se perpetuam no tempo, adensando a responsabilidade de se ser um exemplo!

António Lourenço Martins

CONFERÊNCIA DE EDUARDO LUCAS COELHO 5 DE JUNHO DE 2010







Encontro Geracional, Memória e Futuro: A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e a Geografia do Coração

O rosto amigo e congregador da Alumni, José de Faria Costa, convidou-me, gentilmente, a escrever umas linhas sobre a nossa Escola enquanto lugar de cruzamento e encontro de gerações, o que faço como gostoso e irrecusável dever.

Apertado pelo tamanho do pedido, que vai ter de caber em algumas colunas, para que a Newsletter seja espaço de encontro de muitos, gostaria de seleccionar três aspectos: a Faculdade de Direito como comunidade de pertença, o tempo de estudante e a nossa Escola enquanto comunidade de futuro.

1. Comunidade de pertença ou a geografia do coração

A vida é tecida de pertenças e despertenças (não pertenças) que, nas mestiçagens, não se deixa captar por uma lógica dualista de um rígido código binário. Ter feito da Faculdade de Direito destino como Escola da minha formação não foi fruto de um acaso, como se, “nómada sem rota” (Zygmunt Bauman), me tivesse deparado com uma série de portas indiferentes, de entre as quais abri, ao calha, uma qualquer. A Faculdade de Direito tinha já um canto no meu coração, entendido este não no sentido mais profundo da expressão na nossa sabedoria hebraica: como centro da pessoa e da pessoa toda. Tendo entrado na Faculdade de Direito no ano longínquo de 1980, o cruzamento geracional começava em casa, pois o meu pai também já aqui se licenciara, na qualidade de estudante voluntário. Da memória de infância e juventude, ficam-me também histórias do outro espaço de Coimbra que tecem laços de um simbolismo real, que alimentou uma Academia em que a história é verdadeiramente substantiva e não marginal acidente ou simples nota de rodapé num quotidiano banal.

Séculos de história, retratados numa parte da “pátria textual” (Heine/ Steiner), produziram obras, de extensão variável, em que, especialmente as do último meio sécu-

lo, saltavam das estantes para alimentar decisões de juristas, quer fossem delegados do Ministério Público, juízes ou advogados. E, nos nomes com que me ia familiarizando, o grosso era de Coimbra. Conhecia Pires de Lima e Antunes Varela no Código Civil Anotado ou nas sublinhadíssimas Noções do primeiro, ou ainda nas Obrigações do segundo; o monumental Código de Processo Civil de Alberto dos Reis; o Direito Criminal de Eduardo Correia, com a colaboração de Figueiredo Dias, e, deste, com prefácio das vésperas do sonhado “dia inicial inteiro e limpo” (Sophia), o Direito Processual Penal; as lições de Administração e Direito Ultramarino, de Rogério Soares; naturalmente, Manuel de Andrade e Baptista Machado e de tantos outros, incluindo antigos alunos que por “obras valorosas” foram dizendo direito.

Mas, este encontro geracional no locus dos penates da minha domus, não sendo indiferente, não apaga outra memória simbólica e de ensino, que me convidava a escolher a Faculdade como parte de um projecto de vida.

2. Tempo de estudante: encontros inter e intrageracionais

Do meu tempo de simples estudante, recordo a riqueza da apresentação de alguns Mestres, a solidez do conhecimento, nalguns aparentemente limitada aos caminhos do rigor dogmático, mas noutros reveladora de um extraordinário cruzamento de saberes outros, de uma cultura integral, plena da melhor literatura, capazes de logradas sínteses, testemunhando que “quem só sabe direito, nem direito sabe”. Uma Escola com memória, que me convidava a descer ao plano dos fundamentos para ascender dogmaticamente e que me estimulava a procurar o telos e a não esquecer o sistema, incapaz de se deixar aprisionar no positivismo rasteiro de um literalismo. Uma escola com espírito e com espíritos notáveis que, ao contrário do Brás Cubas de Machado de Assis, “defunto autor”, mesmo quando deixam este lado da vida se revelam capazes de nos suscitar interpelações e manter diálogos, onde real e imaginário se cruzam, e alimentar discussões com outros colegas, mais novos ou mais velhos, na novela jurídica onde somos chamados a escrever capítulos. Não sendo Orfeu nem Dante, não os posso agora visitar, mas quero aqui recordar os meus Mestres que já passaram Letes: Sebastião Cruz, contador de estórias/histórias, algumas com literária reescrita, dignas de figurar na Biblioteca de Babel, de Borges; Orlando de Carvalho, que, sem prejuízo da dificuldade extrema em repartir, de uma forma temporalmente adequada, as matérias, revelava-se um notável expositor, capaz de mobilizar Goethe e Régio, Maritain e Teilhard; Eduardo Correia, capaz de me interrogar, na oral, sobre direito e moral, numa conversa que se não limitava ao discurso técnico-dogmático de penalista; Antunes Varela, retornado do seu exílio bra-

sileiro, com uma exposição notável onde aliava clareza e profundidade; por último, mas não menos importante, Vasco Lobo Xavier, cujo trato inexcelável e ensino elegante e rigoroso recordo.

Há também o outro lado, o dos colegas dos diferentes anos, alguns dos quais vieram a honrar a Escola através do seu desempenho profissional, trazendo o direito da letra dos textos para a vida da prática, e onde também reconhecemos, com orgulho, algumas das figuras cimeiras da magistratura, da advocacia, titulares, actuais ou passados, de cargos políticos, ou ainda noutros campos como, por exemplo, o jornalismo ou a literatura.

3. Comunidade de futuro

Em termos institucionais, temos a responsabilidade pelo legado simbólico e material que recebemos. Cabe-nos também, no nosso exercício quotidiano, sem arrogância e com a capacidade de construir pontes com juristas que fizeram outro percurso, honrar a Escola. Uma Escola com um rosto feito de muitos rostos, que espreita o futuro escrevendo a sua parte, capaz de um olhar com a profundidade da história, mas não anquilosado pelo tempo, procurando atrair novas gerações que permitam o renovar da Escola.

Comunidade de futuro, procurando o comum na diversidade que honra uma Escola, que recusa a tecnocrática e autoritária tentação de clonagem intelectual e que, mesmo na ditadura, transportou em si, ao logo do nível do Magistério, a dissidência resistente ao cinzentismo homogeneizador. Em tempos de crise, convocando os Alumni também a um espírito de solidariedade com a Escola e com as gerações que a frequentam, chamados a apoiar os seus projectos, sejam eles mais de investigação ou mais sociais, como a Bolsa de livros para alunos apanhados em contramão pela penúria orçamental.

4. Em jeito de conclusão

Não tendo gravata ou lenço de reconhecimento, é na palavra trocada que a magia de descobrir o outro, independentemente da idade, como estudante da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desencadeia (puxa) conversa e permite cruzar memórias de gerações e esperanças de futuro. E, como cantamos pelo mundo, “aprende-se a ter saudade”. Saudade também, como disse um antigo Alumnus, Teixeira de Pascoaes, “do futuro”.

João Carlos Loureiro



FACULDADE
DE
DIREITO



A Alumni e o ciclo das quintas pitagóricas

A Direcção da Alumni desafiou-me, enquanto jovem alumna, sobre o sentido e significado pessoal desta Associação. E, de imediato, tomam forma as ideias de riqueza e de aprendizagem.

Entre os fins estatutários da Alumni prevê-se, nas primeiras linhas, “promover, através de actividades várias, a ligação entre os antigos estudantes e a Faculdade de Direito de Coimbra”, o que constitui uma inegável fonte de riqueza, desde logo, para aqueles que por ela vão sendo recebidos. Se é certo que o denominador comum é a Instituição, a diversidade marca o universo dos antigos estudantes da Faculdade de Direito de Coimbra. E uma das dimensões que enriquecem essa multiplicidade é indubitavelmente a experiência de vida (também jurídica) que cativa, pelo seu estímulo e desafio, os incautos neófitos que a contemplam: a Alumni pauta-se assim por um profícuo diálogo contrapontístico entre o cantus firmus da tradição e os hoquetos de uma juventude que alegremente acolhe, cumprindo-se uma certa ideia de Escola que permanece vitoriosamente sobre o tempo, negando-lhe o seu estatuto de absoluta perenidade e regressando, por fim, ao mesmo espaço, aos mesmos muros. Persistindo no risco de abusar ruidosamente de uma linguagem musical – que as Fúrias não despertem de seu sono benévolo –, apetece dizer que, no seu percurso, a Alumni recorda um ciclo de quintas pitagóricas que, ao fim das suas doze voltas, retoma, num outro tempo, a mesma nota, com novas ressonâncias. E desta espiral todos saem mais ricos – os que estão e os que chegam – porque, neste caso, as rosas do passado preservam mais do que o seu nome.

Susana Aires de Sousa

JANTAR CONVÍVIO 5 DE JUNHO DE 2010







Homenagem a António Luzio Vaz

Foi no dia 24 de Abril de 2011 que a Universidade de Coimbra viu partir mais um rosto importante do espírito da Academia e do estímulo ao constante diálogo inter-geracional.

De António Luzio Vaz, advogado e ex-administrador dos Serviços Sociais da Universidade, fica uma lembrança unânime como homem de causas, empenhado em conseguir dar aos estudantes o melhor.

A nossa ALUMNI, porém, perde, por sobre tudo, um amigo, um associado interessado, um jurista e um antigo estudante com tanto para contar. E esta não passa, afinal, de uma pequena homenagem a esse homem singular.

Órgãos Sociais

Mesa de Assembleia

Daniel Proença de Carvalho
Maria de Fátima Lencastre
Paulo Mota Pinto

Direcção

José de Faria Costa (Presidente)
Alexandra Vilela
Virgínia Veiga

Conselho Fiscal

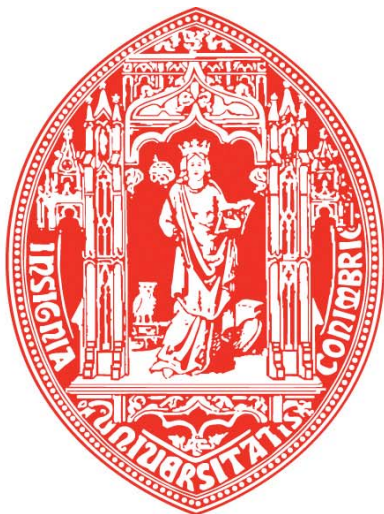
Benjamim Silva Rodrigues
Guilherme Xavier de Basto
José Carlos Vieira de Andrade

Consilium

Álvaro Laborinho Lúcio
António Arnaut
António Barbosa de Melo
António Castanheira Neves
António de Almeida Santos
Artur Santos Silva
Emílio Rui Vilar
Eurico Nogueira
Fernando Aguiar Branco
Francisco Pereira Coelho
José Cardoso da Costa
José Miguel Júdice
José Narciso Cunha Rodrigues
Manuel Henrique Mesquita
Maria de Fátima Lencastre
Mário Júlio de Almeida Costa
Miguel Veiga
Rogério Soares

•

U



C

•